



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PC PEREIRA OLIVEIRA, 13 4º ANDAR, - Bairro CENTRO, Florianópolis/SC, CEP 88010-540
Telefone: - http://www.inss.gov.br

CONTRATO

Processo nº 35014.382178/2022-15

TERMO DE CONTRATO - SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 45/2022 - POLO III, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL E A EMPRESA ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, criado na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 e reestruturado conforme determinação contida no art. 11, parágrafo único, da Lei n.º 8.422, de 13 de maio de 1992, no Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022 e no Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/1162-89, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, por meio da Superintendência Regional Sul, com sede na cidade de Florianópolis/SC, na Praça Pereira Oliveira, 13, Centro, neste ato representado pela Superintendente, Sra. Kathia Maria Moreira Braga, designada pela Portaria nº 150, de 24 de agosto de 2016, publicada no D.O.U. nº 164, de 25/08/2016, e delegação de competência pelo Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, publicado no DOU de 15 de março de 2022, com base no art. 207, inciso IV, alínea “f” do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017, portadora da Cédula de Identidade RG nº 847.206-8, expedida por SESP/SC, e CPF/MF nº 293.591.479-15, e a empresa **ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.531.343/0001-08, sediada na Rua Gerônimo Thives, nº 196, Barreiros, em São José/SC, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela sua Administradora, Sra. Fernanda Maria Pereira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.650.012, expedida pela SSP/SC, e CPF nº 030.912.179-57, tendo em vista o que consta no Processo nº 35014.018642/2022-12 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 12/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, de forma continuada ou sob demanda, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, e de carregadores, sem dedicação exclusiva e sob demanda, nos imóveis da Superintendência Regional Sul, Gerências Executivas nos Estados da Região Sul e unidades vinculadas, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO 3						
ITEM	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual

			Medida			
11	24023	Serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPIs e uniformes, a serem executados no Polo III de Limpeza do INSS - SRSUL (GEX Florianópolis, Joinville e Blumenau).	M ²	12 (meses)	R\$ 282.860,74	R\$ 3.394.328,88
12	25194	Serviço de desinfecção, com fornecimento de materiais, insumos, EPIs e uniformes, a serem executados nas dependências da no Polo III de Limpeza do INSS - SRSUL (GEX Florianópolis, Joinville e Blumenau).	Unidade	12 (meses)	R\$ 118.066,55	R\$ 1.416.798,60
13	25194	Serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPIs e uniformes, a serem executados nas dependências no Polo III de Limpeza do INSS - SRSUL (GEX Florianópolis, Joinville e Blumenau), sob demanda.	Unidade	12 (meses)	R\$ 4.799,42	R\$ 57.593,04
14	25194	Serviço de desinfecção, com fornecimento de materiais, insumos, EPIs e uniformes, a serem executados nas dependências no Polo III de Limpeza do INSS - SRSUL (GEX Florianópolis, Joinville e Blumenau), sob demanda.	Unidade	12 (meses)	R\$ 5.084,05	R\$ 61.008,60
15	15890	Serviço de carregadores por diária (máximo 22 diárias/mês) do Polo III de limpeza da SRSUL (GEX Florianópolis, Joinville e Blumenau), sob demanda.	Unidade	12 (meses)	R\$ 12.130,80	R\$ 145.569,60

1.4. Os locais de execução dos serviços constam na tabela abaixo:

GERÊNCIA EXECUTIVA FLORIANÓPOLIS	RUA FELIPE SCHMIDT, 331, CENTRO, CEP 88010000	FLORIANÓPOLIS/SC
APS ALFREDO WAGNER	RUA MAJOR PEDRO BORGES, 103, CENTRO, CEP 88450000	ALFREDO WAGNER/SC
APS BIGUAÇÚ	RUA GETÚLIO VARGAS, 70, CENTRO, CEP 88160000	BIGUAÇU/SC
APS CURITIBANOS	RUA MAXIMINO DE MORAES, 357, CENTRO, CEP 89520000	APS CURITIBANOS/SC
APS FLORIANÓPOLIS - CENTRO	RUA FELIPE SCHMIDT, 331, CENTRO, CEP 88010000	FLORIANÓPOLIS/SC
APS FLORIANÓPOLIS - CONTINENTE	AV. IVO SILVEIRA, 1960, CAPOEIRAS, CEP 88085000	FLORIANÓPOLIS/SC
APS IMBITUBA	RUA SANTA CATARINA, 952, CENTRO, CEP 88780000	IMBITUBA/SC
APS ITAPEMA	RUA CENTO E VINTE E UM, 78, CENTRO, CEP 88220000	ITAPEMA/SC
APS LAGES	RUA GOVERNADOR JORGE LACERDA, 126, CENTRO, CEP 88501120	LAGES/SC
APS PALHOÇA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 277, CENTRO, CEP 88130101	PALHOÇA/SC
APS SÃO JOAQUIM	RUA DOMINGOS MARTORANO, 350, CENTRO, CEP 88600000	SÃO JOAQUIM/SC
APS SÃO JOSÉ	RUA ADEMAR DA SILVA, 1279, KOBRASOL, CEP 88101091	SÃO JOSÉ/SC
APS TIJUCAS	RUA ATILIO CAMPOS FILHO, S/N, CENTRO,	TIJUCAS/SC
Arquivo Palhoça	AV. PREFEITO NELSON MARTINS, 405, CENTRO, CEP 88131300	PALHOÇA/SC
GALPÕES MAURO RAMOS	AV. MAURO RAMOS, 1880, CENTRO, CEP 88020302	FLORIANÓPOLIS/SC
SALAS COMERCIAIS NO Ed. EMEDAUX	R. SANTOS DUMONT, 64- CENTRO, CEP 88015020	FLORIANÓPOLIS/SC
APS BI - Perícias	R. ÁLVARO DE CARVALHO, 220 - CENTRO, 88010040	FLORIANÓPOLIS/SC
SUPERINTENDÊNCIA – SRIII	PRAÇA PEREIRA OLIVEIRA, 13, CENTRO, CEP 88010540	FLORIANÓPOLIS/SC

GERÊNCIA EXECUTIVA BLUMENAU	Rua Presidente John. Kennedy, 25, Centro	BLUMENAU/SC
CEDOC Prev	Rua João Pessoa, 2000, Velha	BLUMENAU/SC
APS BLUMENAU	Rua Presidente John. Kennedy, 25, Centro	BLUMENAU/SC
APS BRUSQUE	Rua Rodrigues Alves, 50, Centro	BRUSQUE/SC
APS IBIRAMA	Rua XV de Novembro, 459, Centro	IBIRAMA/SC
APS INDAIAL	Rua Marechal Floriano Peixoto, 444, Centro	INDAIAL/SC
APS ITAJAÍ	R. Doutor José Bonifácio Malburg, 195, Centro	ITAJAÍ/SC
APS RIO DO SUL	Av. 7 de Setembro, 352, Jardim América	RIO DO SUL/SC
APS TIMBÓ	Rua Benjamin Constant, 29, Centro	TIMBÓ/SC
APS BALNEÁRIO DE CAMBORIÚ	Av. do Estado Dalmo Vieira, 3660	BALNEÁRIO DE CAMBORIÚ/SC
APS PENHA	Rua João Veríssimo da Silva – SN, Centro	PENHA/SC
APS POMERODE	Rua Arthur Reinert, 11, Centro	POMERODE/SC
GERÊNCIA EXECUTIVA JOINVILLE	Rua 9 de Março, nº 241 – Centro, Joinville/SC	Joinville/SC
APS CANOINHAS	Rua Vidal Ramos, nº 780 – Centro, Canoinhas/SC	Canoinhas/SC
APS JARAGUÁ DO SUL	Av. Getúlio Vargas, nº 500 – Centro, Jaraguá do Sul	Jaraguá do sul/SC
APS JOINVILLE - CENTRO	Rua 9 de Março, nº 241 – Centro, Joinville/SC	Joinville/SC
APS MAFRA	Rua Mathias Piechinick, nº 37 - Centro, Mafra/SC	Mafra/SC
APS SÃO BENTO DO SUL	Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 89 - Centro, São Bento do Sul/SC	São Bento do Sul/SC
APS SÃO FRANCISCO DO SUL	Rua Barão do Rio Branco, nº 377 - Centro, São Francisco do Sul/SC	São Francisco do Sul/SC
PRÉDIO JOINVILLE - GUANABARA (DEPÓSITO/ARQUIVO)	Rua Graciosa, nº 380 – Guanabara, Joinville/SC	Joinville/SC
APS GUARAMIRIM	Av. Nelson Luís Rosa de Bem, nº 90 - Centro, Guaramirim/SC	Guaramirim/SC
APS RIO NEGRO/PR	Av. Saturnino Olindo, nº 30, Rio Negro/PR	Rio Negro/PR

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **20/09/2022** e encerramento em **20/09/2023 (12 meses)**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. *Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.*
 - 2.4.1. *A futura contratada manifesta concordância com a redução e/ou eliminação dos custos mencionados no item anterior, o que poderá ser realizado por meio de apostilamento.*
- 2.5. Os serviços de desinfecção (itens **2, 4, 7, 9, 12, 14, 17, 19, 22, 24, 27, 29, 32 e 34** desta licitação), poderão ser integralmente suprimidos se o serviço de desinfecção passar a ser considerado desnecessário pelo INSS, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem gerar qualquer direito à indenização por parte da CONTRATANTE, por meio de termo aditivo.
- 2.6. O início da execução dos serviços dar-se-á após a formalização da contratação e obedecerá ao cronograma estabelecido no item 8.7 do Termo de Referência - Anexo I do edital.
 - 2.6.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a alteração do início da execução dos serviços do cronograma de item anterior, por meio de notificação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.
 - 2.6.2. Os serviços somente serão pagos após o início de sua respectiva execução e se efetivamente prestados pela CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 422.941,56** (quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 5.075.298,72** (cinco milhões, setenta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos) .

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 57202/510181

Fonte: 0150570202

Programa de Trabalho: 09.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 3390.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

PI: **LIMP** - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / **HIGIENIZ** - Higienização

Número do Empenho: **2022 NE 1442 / 2022 NE 1443**

Gestão/Unidade: 57202/510181

Fonte: 0150570202

Programa de Trabalho: 09.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 3390.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

PI: **ESTIVAD** - Estivadores

Número do Empenho: **2022 NE 1444**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de

Referência, anexo ao Edital;

- 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.
- 11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
- 11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).
- 11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:
- 11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- 11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do Anexo X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ressalvado o contido no item 2.5 deste Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado de Santa Catarina, Subseção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelos contraentes e por duas testemunhas.

Florianópolis/SC , 15 de setembro de 2022.

Representante legal da CONTRATANTE

Kathia Maria Moreira Braga
Superintendente Regional
CPF nº 293.591.479-15

Representante legal da CONTRATADA

Fernanda Maria Pereira
Administradora
CPF nº 030.912.179-57

TESTEMUNHAS:

Patricia Reis da Silva - 659.629.900-72

Marlise Vieira Melo de Araújo - 684.584.520-49

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 45/2022

ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.531.343/0001-08, por intermédio de sua representante legal, a Sra. Fernanda Maria Pereira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.650.012, expedida pela SSP/SC, e CPF nº 030.912.179-57, **AUTORIZA** o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, por meio de sua **Superintendência Regional Sul**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 12/2022:

1. que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
2. que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, por meio de sua Superintendência Regional Sul, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta. Nota explicativa: A assinatura desta "Autorização Complementar" deve ser precedida da solicitação de abertura da conta-depósito para a Instituição Financeira com quem se tenha firmado Termo de Cooperação Técnica e é condição para a celebração do contrato.
3. que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Florianópolis/SC , 15 de setembro de 2022.

Representante legal da CONTRATADA

Fernanda Maria Pereira
Administradora
CPF nº 030.912.179-57



Documento assinado eletronicamente por **KATHIA MARIA MOREIRA BRAGA, Superintendente Regional Sul**, em 15/09/2022, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARIA PEREIRA, Usuário Externo**, em 15/09/2022, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARLISE VIEIRA MELO DE ARAUJO, Analista do Seguro Social**, em 15/09/2022, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA REIS DA SILVA, Técnico do Seguro Social**, em 16/09/2022, às 06:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8895705** e o código CRC **8220F813**.

Referência: Processo nº 35014.382178/2022-15

SEI nº 8895705

Criado por [marlise.araujo](#), versão 10 por [marlise.araujo](#) em 15/09/2022 09:11:06.